

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 29/07/2016

- ['Mais que escravidão, escola deve mostrar o que fazemos de bom no Brasil', diz rapper de 12 anos que cantará na Rio 2016](#)
- [Campanha pede doações para tratamento de bebê com paralisia cerebral](#)
- [Maternidade apoiada pela Save the Children é bombardeada na Síria](#)
- [Saiba quais são as principais contribuições da PL 3792/2015 para a proteção à infância](#)
- [Pais de bebês com microcefalia vivem abandono e recorrem à Justiça em PE](#)

Assunto: 'Mais que escravidão, escola deve mostrar o que fazemos de bom no Brasil', diz rapper de 12 anos que cantará na Rio 2016

Fonte: G1

Data: 29/07/2016



MC Soffia, que se apresentará em cerimônia de abertura, diz sonhar em cantar com Beyoncé e que 'crianças negras precisam perder vergonha de falar': 'deveria ser como nos EUA, se um preto morre, fazem manifestações'.

Camilla CostaDa BBC Brasil em São Paulo



Para rapper, que tem 12 anos, professores devem fazer maior esforço para mostrar conquistas dos negros, além de educar contra racismo (Foto: Divulgação)

"Espero que Beyoncé me veja", disse à BBC Brasil a rapper paulistana MC Soffia, de 12 anos, sobre a apresentação que fará diante de cerca de 70 mil pessoas na abertura dos Jogos Olímpicos do Rio, no Maracanã.



OLIMPÍADA RIO 2016

Cidade se prepara para receber os Jogos

Será a primeira vez em que sobe ao palco para um público tão grande, mas ela não se impressiona. "Não estou nervosa, estou animada, só", afirma, escolhendo as palavras com cuidado.

Soffia virou uma espécie de porta-voz mirim das mulheres negras por causa das músicas falando da importância de meninas negras aceitarem seus cabelos e sua cor. "Menina pretinha/Exótica não é linda/Você não é 'bonitinha'/Você é uma rainha", diz uma de suas canções.

A participação da garota na cerimônia de abertura da Rio 2016, em dueto com a rapper curitibana Karol Conka, será breve, mas ela promete uma música nova, feita pelas duas, sobre "empoderamento".

"Eu fiquei pensando: 'eu, abrir Olimpíada, quem sou eu', né. Aí depois comecei a entender que ia representar bastante gente. Estou representando as meninas, as mulheres, as crianças negras", afirma. Para Soffia, sua apresentação também ajuda a mostrar positivamente o trabalho dos negros, algo que ela acha que deveria ser obrigatório nas escolas.

"Algumas escolas já falam desses assuntos (racismo e cultura negra), mas acho que tem que ter mais. E não explicar só que nós fomos escravos, explicar o que nós fazemos de bom aqui no Brasil. E os índios também."

Defesa contra preconceito

Soffia conheceu o hip hop e o movimento de mulheres negras por causa da mãe, a produtora cultural Kamilah Pimentel, de 30 anos.

"Criamos estratégias para que ela não sofresse tanto com o racismo ou que, se fosse ofendida, soubesse se defender. Por exemplo, minha mãe fazia bonecas negras para ela brincar, para que se reconhecesse na brincadeira", disse Kamilah à BBC Brasil.

Mesmo assim, aos 5 anos, Soffia disse à mãe que "queria ser branca e ter o cabelo liso". "Mesmo que exista uma conscientização, era eu contra uma sociedade que diz que a gente tem que seguir um padrão de beleza. O primeiro contato das crianças com o racismo é na escola", afirma Kamilah.



Mãe e avós de Soffia criaram "estratégias", como bonecas negras e livros sobre cultura africana, para protegê-la do preconceito (Foto: Divulgação)

Soffia diz que já foi chamada de "neguinha do cabelo duro" e de "macaca". Mas agora sabe o que responder.

"Hoje eu digo: 'Meu cabelo não é duro, meu cabelo é crespo. Duro é o seu preconceito' e 'Macaco é o racista, que ainda não evoluiu para poder ser chamado de homem ou mulher'. Estou procurando mais frases como essa."

Ela afirma que os professores também são responsáveis pelos insultos que crianças negras ouvem nas escolas.

"As professoras só mandam pedir desculpa, mas tem que explicar sobre a questão. Existe uma lei de 2003 para que elas falem sobre isso (a lei determina que escolas ensinem História e Cultura Afro-Brasileira)", afirma.

Em sua escola, que fica em Cotia, região metropolitana de São Paulo, ela diz que racismo e bullying são questões discutidas, muitas vezes por meio de filmes.

"No final da aula todas as crianças fazem a roda para explicar o que entenderam do filme, o que não acharam legal. Mas acho que eles não adiantam muito", reclama.

"Os filmes só mostram que os negros estão sofrendo racismo, que são empregados e escravos. Mas eles também deveriam mostrar coisas boas sobre os negros. Algumas amigas brancas ficam se sentindo superiores e dizem: 'Eu gosto de ser branca para não sofrer isso'."



Soffia diz que crianças brasileiras precisam assumir que são negras e manifestar-se contra racismo (Foto: Divulgação)

'Mais como nos EUA'

A convivência com mulheres e homens militantes do movimento negro também fez com que Soffia acompanhasse mais de perto a mobilização contra as mortes de jovens negros na periferia. Para ela, as crianças precisam se manifestar juntamente com os adultos e "assumir" a própria cor.

"Aqui no Brasil deveria ter um pouquinho mais igual aos Estados Unidos, em que se um preto morre fazem manifestações. Tem menos negros lá, mas eles vão, fazem, falam", afirma.

"Aqui também poderia ser assim, se as crianças que são negras não tivessem vergonha de falar. Porque às vezes elas são um pouquinho mais claras e já acham que não são (negras)."

Nas suas canções, ela afirma sua negritude exaltando as bonecas negras Makena ("Barbie é legal, mas eu prefiro a Makena africana"), que ganhava da avó, e os cabelos afro ("Na minha história, Rapunzel tem dread").

Soffia faz entre dois e quatro shows de hip hop por mês, mas diz ter bastante tempo para brincar. E para além de querer o fim do preconceito contra meninas como ela, sonha alto com seu futuro profissional.

"Quero ser cantora, atriz, modelo, jogadora de futebol, de basquete, de vôlei, skatista e médica", diz. "Meu sonho é cantar com a Beyoncé, com a Nicki Minaj e com a Rihanna, nós quatro, num show assim bem grande, mas com a maioria do público meu, né."

Assunto: Campanha pede doações para tratamento de bebê com paralisia cerebral

Fonte: JOnline

Data: 29/07/2016

jornal do commercio

Olívia comoveu o Brasil há nove meses, quando 50 voluntários foram "dançar" com a bebê. Agora, ela precisa de ajuda para custear o tratamento da paralisia cerebral



Quanto maior o valor arrecadado, maiores as possibilidades de tratamento para a bebê.

Foto: Ricardo Labastier/ JC Imagem

Editoria de Cidades

A pequena Olívia completou um ano há pouco mais de um mês, mas já mobilizou centenas de pessoas. Há nove meses, sua história comoveu o Brasil e mais de 50 voluntários foram “dançar” com a bebê, que sofreu complicações ao nascer e, desde então, convive com a paralisia cerebral. Por causa dos cuidados, os pais deixaram de trabalhar durante um ano, acumulando R\$ 10 mil em dívidas. Agora, uma campanha foi lançada para ajudar o casal a custear o tratamento e pagar os débitos.

A vaquinha é um sucesso. Em 48 horas, o valor de R\$ 12 mil colocado como meta pela arquiteta Marília Cireno, 31, e pelo artista plástico Fernando Peres, 44, pais da bebê, foi alcançado. A quantia ajuda a quitar as dívidas, mas ainda não abre todos os horizontes possíveis para Olívia.

“O que ela faz é um tratamento básico, que a gente pode pagar”, conta Marília. Na Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD), Olívia realiza dois tipos de terapia e é acompanhada por um neuropediatra. A fila de espera, porém, é grande. “O aumento dos casos de microcefalia também aumentou a procura pela AACD”, justifica a mãe. A pequena ainda faz hidroterapia uma vez na semana, ao custo de R\$ 80 por sessão.

Na internet, os pais descobriram o Therasuit, terapia na qual a criança fica suspensa por elásticos para realizar movimentos. O tratamento, antes descartado pelo custo elevado, hoje é uma possibilidade. Para isso, as doações precisam continuar.

Marília criou um blog para falar sobre paralisia cerebral. Com o dinheiro doado, a arquiteta pretende escrever um livro. “A ideia é contar um pouco da nossa história e da relação com a paralisia cerebral e a deficiência. É um tema que ainda envolve muita discriminação. Pra mim foi muito reconfortante e estimulante ler relatos e histórias de inúmeras famílias que passaram por isso antes de mim”, escreveu a mãe na página da vaquinha.

Olívia nasceu no dia 22 de junho de 2015, pesando 3,275 quilos e medindo 51,5 centímetros. O parto durou mais de 20 horas e a bebê passou cinco minutos sem respirar, o que causou uma lesão cerebral em virtude de uma encefalopatia hipóxico isquêmica. No início, a menina só conseguia se acalmar quando balançada. Os pais, então, abriram as portas de sua casa para pessoas que quisessem “dançar” com Olívia. Desde então, uma corrente do bem acompanha a pequena.

Assunto: Maternidade apoiada pela Save the Children é bombardeada na Síria

Fonte: Diário de Pernambuco Online

Data: 29/07/2016



A informação foi da própria ONG em seu Twitter. Postagem fala em vítimas

Por: AFP - Agence France-Presse

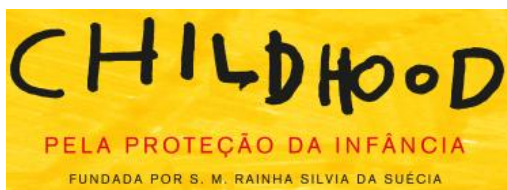
Uma maternidade mantida pela Save the Children foi bombardeada na província síria de Idleb (nordeste), informou a ONG em seu Twitter, que fala de vítimas.

O Observatório Sírios dos Direitos Humanos, por sua vez, informou que um hospital na localidade de Kafar Takharim, na mesma província, havia sido bombardeado nesta sexta e que não estava mais operacional.

Assunto: Saiba quais são as principais contribuições da PL 3792/2015 para a proteção à infância

Fonte: Childhood Brasil

Data: 29/07/2016



O Projeto de Lei pela Escuta Protegida, que está em tramitação no Congresso Nacional, foi um [assunto recorrente](#) no debate público nos últimos tempos. A elaboração deste Projeto de Lei foi um esforço coordenado pela Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em parceria com a Childhood Brasil e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Seu objetivo é ampliar a proteção da criança e do adolescente vítimas de violência, garantindo assim seus direitos.

Conheça as principais contribuições do PL:

- **Visa à proteção da vítima ou testemunha de violências contra sofrimentos no curso do atendimento e das investigações.** O Projeto de Lei 3792/2015 também se mostra inovador pela previsão de direitos e garantias às crianças, aos adolescentes e às testemunhas, como a proteção no curso das intervenções.
- **Adota medidas preventivas numa perspectiva integradoras de políticas, programas e serviços.**
- O Projeto de Lei busca aprofundar as atribuições específicas de cada instituição e também as complementares, como saúde, assistência social e segurança pública. O PL propõe um olhar abrangente para a violência contra a criança e o adolescente, para avaliar a capacidade protetiva da família e do Estado.
- **Caracteriza as modalidades da violência e reconhece a violência institucional.** Além de reconhecer os diversos tipos de violência que uma criança ou adolescente pode sofrer – física, a psicológica e sexual –, o Projeto de Lei se preocupa com a violência causada pelas instituições do Estado durante o atendimento à vítima, a chamada vitimização secundária. Ela ocorre seja pelo excesso de exposição da vítima ao seu agressor, pela repetição da verbalização de um relato traumático, seja pela falta de capacitação daqueles que atendem os casos.
- **Prevê mecanismos e princípios de integração das políticas de atendimento, como a criação de centros integrados de atendimento.** Esses princípios e mecanismos também poderão ser exigidos judicialmente como forma de garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Os centros integrados de atendimento já existem em diversos países e

começam a ser uma realidade também em alguns estados brasileiros, com a aprovação do Projeto de Lei poderá integrar a Rede de Proteção do Brasil.

- **Procura contemplar a demanda do Comitê dos Direitos da Criança criando mais varas especializadas em crimes contra a criança e o adolescente.**

Para contemplar a demanda de 2003 do Comitê dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, o Projeto de Lei propõe a criação de varas especializadas em crimes contra a criança e o adolescente. Apesar de já existir em diversas localidades do país, a intenção é aumentar esse sistema e, conseqüentemente, a eficiência da proteção à infância na justiça.

- **Estabelece a distinção entre a escuta especializada e o depoimento especial.**

Por conta da revitimização da vítima, o Projeto de Lei busca a delimitação das atribuições institucionais para o atendimento das crianças e dos adolescentes, distinguindo-se a escuta especializada pela saúde, assistência social e educação do depoimento especial a ser adotado pelo sistema de segurança e Justiça.

- **Busca atualizar as metodologias do procedimento da escuta protegida e depoimento especial.**

- O detalhamento do procedimento da escuta especializada e do depoimento especial, além de garantir e proteger as crianças e os adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, assegura ao réu a apuração transparente.

- **Regulamenta a produção antecipada de provas.**

- De modo a criar condições para que a criança e o adolescente vítimas de violências tenham que ser ouvidos apenas uma vez, durante a fase de investigação e no processo de judicialização dos crimes perpetrados contra elas.

- **Propõe que a vítima deponha em ambiente acolhedor, sendo assistida por transmissão e com o relato gravado para poder ser reutilizado.**

O Projeto de Lei possui a preocupação com a revitimização da criança e do adolescente e por isso propõe que seus depoimentos sejam realizados em lugares acolhedores, com transmissão eletrônica na sala de audiência, em que pode ocorrer participação simultânea do juiz, Ministério Público e Defesa. Além disso, a gravação do depoimento propõe que a vítima não tenha que relatar novamente o caso quando for necessário para os outros atores do Sistema de Garantias de Direitos.

- **Prevê mecanismos de responsabilização dos gestores e caracteriza novas condutas criminosas que violem os direitos das crianças e dos adolescentes.**

O Projeto de Lei busca uma mudança efetiva no cenário da proteção à infância no Brasil ao responsabilizar gestores e ampliar as noções de violência que uma criança ou um adolescente pode sofrer.

Assunto: Pais de bebês com microcefalia vivem abandono e recorrem à Justiça em PE

Fonte: Folha de São Paulo

Data: 29/07/2016

FOLHA DE S.PAULO

KLEBER NUNES

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, NO RECIFE

A família de Luhandra, nove meses, vendeu o carro e o mercadinho, tirou os filhos da escola particular e mudou-se para o Recife, onde vivem com salário de R\$ 700.

Os pais de Wiliam, oito meses, cobram na Justiça desde abril um subsídio para complementar a renda de R\$ 900. Com só R\$ 250 de Bolsa Família, a mãe de Pérola, dez meses, viaja toda semana 400 km de Betânia até a capital e dorme em casas de apoio.

Em comum, a busca por tratamento em até cinco hospitais diferentes do Recife para seus bebês com [microcefalia](#), má-formação do cérebro ligada ao [vírus da zika](#), que pode ser transmitido pelo [mosquito *Aedes aegypti*](#).



ABANDONO

Um ano depois do início das notificações dos casos que ganharam repercussão internacional, com epicentro em Pernambuco, pais de bebês com microcefalia reclamam de abandono pelo poder público, tanto na falta de recursos financeiros como no tratamento médico e apoio psicológico prometidos por prefeituras, Estado e União.

Sem o suporte adequado, pais dividem entre si cartelas de remédios de alto custo, dormem em casas de apoio e dependem da ajuda de parentes e ONGs.

Em Pernambuco, o número de notificações de bebês com microcefalia alcançou 2.074 registros (376 deles confirmados). O relato de mães ouvidas pela **Folha** no Estado é de desesperança e tristeza pela saúde dos filhos, que têm dezenas de convulsões diárias, danos oftalmológicos, disfagia (dificuldade para engolir) e refluxo.

Os quadros de saúde dos bebês com microcefalia são piores do que os médicos e o próprio poder público vislumbravam no início das notificações.

SEM RESULTADO

Quinta filha, o diagnóstico de microcefalia de Luhandra chegou três meses antes de a comerciante Jusikelly Severina da Silva, 32, dar à luz. Ela morava em Jaboatão dos Guararapes, região metropolitana do Recife. "Só com meu marido trabalhando como almoxarife, também fui obrigada a tirar os outros quatro filhos do colégio e me mudar pro Recife para ficar mais fácil me deslocar para os quatro hospitais onde ela é atendida."

A filha passa por consultas ao menos duas vezes por semana com neurologistas, pediatras e oftalmologistas. Com terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e fisioterapeutas a menina faz as sessões de reabilitação. No entanto, a mãe diz que o esforço não está trazendo resultados satisfatórios -em parte por causa do pouco tempo das sessões, em média 20 minutos. O ideal seria o dobro, segundo médicos ouvidos pela reportagem.

SEM SUBSÍDIO

Ver a filha convulsionar quase que diariamente tornou-se rotina para a atendente de telemarketing Nadja Cristina Gomes Bezerra, 42. Mãe de Alice Vitória Gomes Bezerra, de nove meses, ela conta com a ajuda de familiares e desconhecidos para custear os medicamentos da filha -que variam de R\$ 79 a R\$ 300, e duram no máximo um mês.

"Já recebi cartelas [avulsas] dos médicos, mas tem o custo fora alimentação, fraldas e vitaminas que ela precisa tomar, não dá", afirmou.

Afastada do emprego por causa da depressão, Nadja terá seu auxílio-doença de R\$ 800 encerrado em setembro. Pela faixa salarial de telemarketing, teve negado o BPC (Benefício de

Prestação Continuada) pelo INSS. "Estou com avisos de corte de água e luz da casa onde moro graças ao meu pai que emprestou. Ao todo são mais de dez contas atrasadas."

Suzana Lima, 25, mãe de Wiliam, também teve o pedido do BPC negado e precisou recorrer à Justiça. Ganhou a liminar, mas não ainda na prática: só em setembro um assistente social a visitará para então obter o benefício. "Eles vão ver que apenas com o salário de padeiro do meu marido não temos condições de arcar com tantos custos."

INTERIOR DESCOBERTO

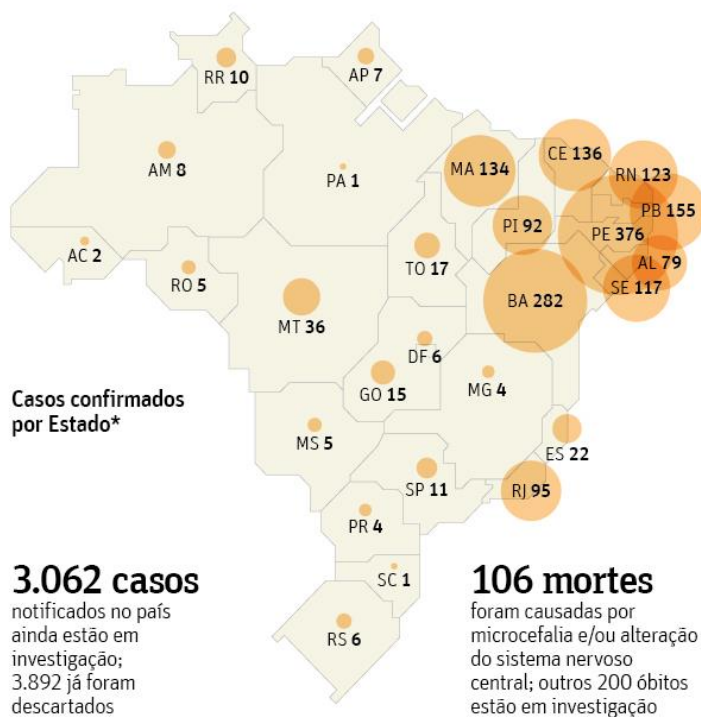
O subsídio também é a esperança de Marcione Rocha, 29, mãe de Pérola. Desempregada, quer deixar a cidade de Betânia para poder tratar a filha na capital. "Meu marido está desempregado, temos apenas o Bolsa Família para nós dois e os três filhos." Ela usa um carro da prefeitura para o deslocamento na ida. "No retorno eu pago a passagem. São seis horas de viagem."

"Aqui na região tem alguns médicos, até hoje espero atendimento oftalmológico. Se não viajasse para o Recife ia prejudicá-la."

Ela também lamenta a falta de remédios gratuitos -há três meses aguarda um anticonvulsivante, que deveria ter sido entregue quatro meses atrás -e cita o direito de ter o exame que comprovaria a microcefalia decorrente da zika.

MICROCEFALIA PELO BRASIL

País soma 1.749 casos confirmados; Pernambuco é o Estado com mais ocorrências



OUTRO LADO

Procurado, o INSS não se manifestou sobre a razão das negativas e a quantidade de famílias com casos de microcefalia hoje cobertos com o benefício.

Em nota, o governo de Pernambuco afirma que ampliou a rede de tratamento -de dois para 23 serviços especializados- e reduziu de 430 para 60 km a distância percorrida pelas famílias com polos no interior. "Os desafios estão postos e vamos continuar capacitando os profissionais e estamos avaliando as possibilidades de incorporar anticonvulsivantes na rede estadual farmacêutica", diz a nota.

O Ministério da Saúde diz, em nota, que a microcefalia "é um agravo de conhecimento recente" e que tem monitorado e dado atenção integral aos casos. Segundo a pasta, em março foi lançada estratégia para encaminhar as famílias à reabilitação e assistência social, e foram repassados R\$ 2.200 aos Estados por caso notificado.

A nota afirma ainda que o SUS disponibiliza anticonvulsivantes que em sua maioria atendem os casos.

GRAVIDADE SURPREENDE

O vídeo gravado por celular há apenas um mês mostrava uma bebê sentada sozinha na cadeira. Agora, essa mesma criança repousa no colo da mãe sem reação a estímulos e com convulsões diárias. O agravamento do caso de Luhandra é o retrato dos bebês com microcefalia um ano após o início da onda de notificações.

"Estávamos preparados para o zika até porque tínhamos a circulação do vetor, mas não para esses efeitos nos bebês", afirma Cristina Mota, secretária-executiva de atenção à saúde da Secretaria da Saúde de Pernambuco.

As chamadas convulsões refratárias têm sido recorrente nesses bebês. Mais sérias, as crises ocorrem dezenas de vezes por dia, agravando as lesões cerebrais e comprometendo o desenvolvimento.

"Socorremos nossos filhos com as crises, e nas policlínicas ou UPAs [unidades de saúde] eles [médicos] dizem que não podem fazer nada e mandam para casa. Precisamos do atendimento e dos remédios que são caros e não temos condições", diz a mãe Jusikelly Silva, 32.

A fisioterapeuta Pepita Duran também se surpreendeu com as novas complicações causadas pelo vírus da zika. "Ninguém esperava. Agora estamos diante de um problema muito grave, que por outro lado está suscitando o debate sobre o acesso à saúde."

Com os casos agravados, governo e técnicos da saúde já falam em síndrome congênita do vírus da zika. Em Pernambuco, um novo protocolo de atendimento será discutido.